

A RECONFIGURAÇÃO DO (DES)ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO EM VIAS DE MUDIATIZAÇÃO

The reconfiguration of journalistic news in mediatization routes

La reconfiguración del (des)acontecimiento periodístico en vías de mediatización

Mauro de Souza Ventura

Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp (Universidade Estadual Paulista)

ms.ventura@unesp.br

Tayane Aidar Abib

Mestre e doutoranda em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp (Universidade Estadual Paulista)

tayane.abib@unesp.br

Resumo

Sob perspectiva dialógica, discutimos, neste artigo, a reconfiguração do acontecimento jornalístico em dois estágios: em um primeiro momento, como movimento de resistência que parte do campo profissional, lançando a acepção do desacontecimento enquanto dispositivo para narrar atores tradicionalmente marginalizados pelo interesse público e midiático; e, inscrevendo a reflexão no contexto processual de mediatização, alargamos seu escopo como contrapartida, em âmbito de resposta social (BRAGA, 2006), que pode também despontar ao cenário jornalístico pelo potencial tentativo dos atores sociais.

Palavras-chave: Acontecimento jornalístico. Desacontecimento jornalístico. Mediatização.

Abstract

From a dialogical perspective, we discuss the reconfiguration of journalistic news in two stages: first, as a movement of resistance that starts from the professional field, launching the sense of “unhappenings as news” as a device to narrate actors traditionally marginalized by the public and media interest; and, as part of the process of mediatization, we extend its scope as a counterpart in the context of social response (BRAGA, 2006), which may also appear in the journalistic scenario due to the tentative potential of social actors.

Key words: Journalistic News. News as unhappenings. Mediatization.

Resumen

Bajo una perspectiva dialógica, discutimos, en este artículo, la reconfiguración del acontecimiento periodístico en dos etapas: en un primer momento, como movimiento de

resistencia que parte del campo profesional, lanzando la acepción del ‘desacontecimiento’ como dispositivo para narrar actores tradicionalmente marginados por el interés público y mediático; y, inscribiendo la reflexión en el contexto procesal de mediatización, ampliamos su alcance como contrapartida, en el ámbito de la respuesta social (BRAGA, 2006), que puede también surgir al escenario periodístico por el potencial de intento de los actores sociales.

Palabras clave: Acontecimiento periodístico. Desacontecimiento periodístico. Mediatización.

1 INTRODUÇÃO

O acontecimento, diz-nos Charaudeau (2009, p. 95), “nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto”, mas “depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível”. Em Muniz Sodré (2009, p. 38), esse sistema de pensamento é referido como enquadre, isto é, “um sistema de referências (regras, esquemas interpretativos) [...] que se afina evidentemente com a cultura de um grupo específico”. Tribo jornalística é o termo assumido por Nelson Traquina (2005) para ressaltar que, entre a comunidade profissional, há a partilha de um quadro comum de referências cognitivas, perceptivas e avaliativas a moldar o produto jornalístico: especificamente, o autor português evidencia as maneiras altamente homogêneas de ver, agir e falar dos membros dessa tribo.

Em outras palavras, a cultura noticiosa comum é composta pelos saberes específicos de reconhecimento, procedimento e narração, que caracterizam o agir profissional e orientam o universo da informação midiática que, como bem sublinha Charaudeau (2006, p. 151), “é efetivamente um universo construído”. Ainda que os membros da comunidade profissional resistam a discussões que se contraponham à teoria do espelho, uma vez que sua legitimidade está assente na crença social de que as notícias refletem a realidade¹, o conteúdo midiático – tal qual reforçam os autores aqui articulados – denota a presença de um *ethos* especializado a guiar cada etapa da produção informativa.

A notícia constitui-se como o relato de um acontecimento factual, ou seja, inscrito na realidade histórica e, logo, suscetível de comprovação. Esta implica a construção do acontecimento segundo os parâmetros jornalísticos de tratamento do fato, ou seja, uma prática que comporta apuração de dados e informações, entrevistas, redação e edição de textos, em função da

¹ Dizer que uma notícia é uma estória, na visão de Gaye Tuchman (1993, p. 262) não é, de modo algum, rebaixá-la ou acusá-la de ser fictícia. Melhor, “alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora de sua própria validade interna. Os relatos noticiosos, mais uma realidade seletiva do que uma realidade sintética, como acontece na literatura, existem por si só. Eles são documentos públicos que colocam um mundo à nossa frente”.

“cultura” jornalística, isto é, do conjunto de regras, hábitos e convenções que estruturam o campo profissional da imprensa (SODRÉ, 2009, p. 71).

Partindo de tais acepções, propomos, neste artigo, problematizar a noção de acontecimento jornalístico em dois estágios: a) lançamos mão de uma contrapartida inicial, ao delinear o eixo narrativo central do conceito de desacontecimento, como espécie de matriz de resistência que, empreendida por atores do campo, reconfigura as práticas de noticiabilidade hegemônicas; b) inscrevendo a reflexão no contexto processual de midiatização, alargamos o escopo do (des)acontecimento jornalístico ao considerar que, como assinala Braga (2018), interações entre novos e velhos atores desestabilizam o habitual quadro de referências do campo e concedem lugar de falar a grupos sociais tradicionalmente marginalizados pelos códigos de produção da comunidade profissional.

Nossa investigação, neste sentido, busca fundamentar articulações teóricas para, em vias dialógicas, contribuir com o debate que se levanta sobre a reconfiguração do jornalismo e de sua prática, cientes de que a processualidade da midiatização, ao afetar a cultura profissional, “altera, substancialmente, o próprio conceito de acontecimento” (FAUSTO NETO, 2006, p. 04).

2 (DES)ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO

Tivemos a oportunidade de já destacar, alinhados à perspectiva de Sodré (2009), que a atividade jornalística, operando tradicionalmente em função de referências cognitivas, perceptivas e avaliativas, não trabalha com fatos brutos, mas sim com aquilo que o autor brasileiro denominou de “fatos marcados”.

A ideia de marcação vem precisamente sublinhar que não é qualquer fato que desperta o sistema da informação pública, isto é, que ganha o estatuto de noticiável. Antes, é preciso que esses fatos se integrem a parâmetros definidos e difundidos pela cultura profissional – os critérios de noticiabilidade, que nada mais fazem que estabelecer um controle nos fluxos, econômicos, políticos e sociais, que atuam no espaço urbano. O acontecimento jornalístico é, no fundo, um objeto de racionalizações: desde o seu surgimento, passa por uma série de adequações, estruturando-se de acordo com as lógicas e interesses das corporações. De fato, podemos dizer que um acontecimento só se torna acontecimento ao passar pelo que Charaudeau (2009, p. 242) chama de “máquina de informar”, quer dizer, por filtros

construtores de sentidos, ou, nas palavras de Tuchman (1993), por uma “teia de facticidade²” e, ainda em Traquina (2005), pelas categorias estratégicas da “Novaslândia”.

Se o acontecimento, isto é, o ponto de partida de toda dinâmica jornalística, é resultado de uma leitura, estamos diante de uma assertiva central nesse nosso estudo: “a seleção dos acontecimentos impõe um certo recorte do espaço público e uma certa configuração do acontecimento” (CHARAUDEAU, 2009, p. 137). Precisamos, por isso, problematizar a reflexão sobre os fatores que presidem as escolhas efetuadas pela instância midiática e sobre as próprias implicações de suas operações.

Assumindo, na linha de pensamento do autor francês, que o acontecimento “só pode emergir numa fratura (p. 101), constatamos que a própria mirada jornalística e, conseqüentemente, a nossa relação com a realidade que nos cerca, situa-se no nível ora do notável, ora do inesperado e ora da desordem. Não à toa, Adriano Duarte Rodrigues (1999, p. 27) fala em “natureza especial do acontecimento”, para indicar a percepção de que o mesmo é ditado pela lei da imprevisibilidade, enquanto Stella Martini (2000, p. 30) o descreve como “uma ruptura que se destaca sobre um fundo uniforme e constitui uma diferença”.

Está-se a enfatizar, em todas essas acepções, o potencial de saliência como característica principal do acontecimento jornalístico, quer dizer, o seu caráter de irrupção do improvável: quanto menos previsível for, mais interesse deverá despertar entre os membros da tribo jornalística. Esse aspecto, afinal de contas, é como a constante que prevalece em todos os estudos de noticiabilidade³. A prática hegemônica, ou tradicional, das organizações jornalísticas, considerando os processos de seleção que foram histórica e culturalmente construídos, “marca” o mundo apenas com o visível imediato, ainda que dele também faça parte, alerta-nos Sodré (2009, p. 99), “o invisível que caracteriza os desejos e as esperanças”.

Ora, precisamos nos lembrar de que toda escolha se compõe daquilo que retém e daquilo que despreza. A escolha, pontua Charaudeau (2009, p. 38), “põe em evidência certos fatos, deixando outros à sombra”. Há, neste sentido, determinados aspectos da realidade que

² “News judgement: entendido como a sua experiência e senso comum que lhe permitam atribuir aos fatos o valor de ‘importantes’ e ‘interessantes’. Parece que o news judgement é o conhecimento sagrado, a capacidade secreta do jornalista que o diferencia das outras pessoas” (TUCHMAN, 1993, p. 85).

³ Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge (1965) foram os primeiros a apresentar uma lista sistematizada de valores-notícia. Mauro Wolf (2003), Nilson Lage (2001), Manuel Chaparro (2004), entre outros teóricos da comunicação, também abordaram a noticiabilidade, no âmbito de uma cultura jornalística. Optamos por pontuar, aqui, as formulações de Nelson Traquina (2005) acerca dos critérios de seleção, no subgrupo dos critérios substantivos, que se referem à avaliação direta do acontecimento em termos de sua importância ou interesse como notícia: morte, notoriedade (destaque ou visibilidade do ator principal), proximidade (geográfica ou cultural), relevância (impacto do acontecimento), novidade, tempo (atualidade), notabilidade, inesperado, conflito e infração.

acabam por ficar de fora de nosso conhecimento sobre o que nos cerca, uma vez que não ganham a marcação da noticiabilidade pelo grupo profissional. Esses fatos que Sodré (2009, p. 76, grifos do autor) denomina como “não-marcados” não significam fatos sem importância social, mas sim “fatos não imediatamente relevantes para o *cânone da cultura jornalística* [...] normalmente desconsiderados pela marcação (pauta) da grande mídia”.

Trata-se do que aqui elegemos designar Desacontecimento jornalístico, como que a indicar uma matriz de resistência aos critérios tradicionais de produção da notícia, um certo tipo de estratégia de narração do fato social. Em consonância com o tom provocador de Eliane Brum (2013, p. 13), que com esse conceito definiu sua dinâmica, a palavra “dá conta de uma escolha: escrever sobre a extraordinária vida comum, sobre o cotidiano dos homens e das mulheres que tecem os dias e também o país, mas nem sempre são contados na história”.

A responsabilidade das mídias, ao fim e a cabo, adverte Charaudeau (2009, p. 271), reside em suas escolhas – a seleção dos acontecimentos, a identificação das fontes, os modos de tratamento do acontecimento relatado -, e se os meios têm priorizado uma agenda que trata do insólito, nosso propósito é discutir uma cobertura que opta por se colocar à sombra da desordem aparente, inscrevendo-se, portanto, sob a parte saliente do iceberg noticioso. Reafirmamos, neste sentido, o lugar desses outros acontecimentos que não costumam chegar ao conhecimento social, isto é, reiteramos, no tabuleiro dos enquadres jornalísticos, uma posição de destaque aos desacontecimentos.

No fundo, é como se o interesse noticioso dessa tal matriz operasse às avessas, em código contrário à própria natureza de imprevisibilidade que constitui um acontecimento: se a história da imprensa testemunha uma predileção pelo insólito ou pela desordem, um certo tipo de anti-notícia deve se pautar pelo rotineiro ou pelo comum – em ordem da quebra, a continuidade; no lugar do extraordinário, o banal. O que se repete. O que é de todos os dias. A noticiabilidade provocativa ao *modus operandi* hegemônico reside, assim, no território da vida cotidiana, essa vida de *todo* homem, como define Agnes Heller (2000, p. 17, grifo da autora), “onde todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico”.

O cotidiano, de acordo com Heller (2000), é onde se manifesta o homem inteiro, isto é, onde ele manifesta os aspectos de sua individualidade, onde pode colocar “em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, seus sentimentos, paixões, ideias e ideologias”. Michel de Certeau (1994, p. 31) nos diz que o cotidiano, aquilo que nos é dado cada dia e que nos cabe em partilha, é fadiga, mas é também

desejo. É o peso da vida e dificuldade de viver, é aquilo que nos prende intimamente, mas é também “um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares, memórias do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres”.

A fim de delinear o eixo narrativo central a que se dedica o Desacontecimento, aprofundamos, na sequência, a discussão acerca do cotidiano, como espaço de onde podem emergir pautas jornalísticas, e do homem ordinário, como voz e fonte elegida para contar histórias. Ressaltamos que este primeiro estágio de reconfiguração do acontecimento jornalístico, na esteira de uma fundamentação que se desdobra da prática noticiosa de Eliane Brum (VENTURA E ABIB, 2015), versa sobre possibilidades de resistência engendradas de dentro do campo jornalístico, fruto da iniciativa de repórteres contestadores e de embates que tomam lugar no próprio seio da comunidade profissional.

2.1 A voz do comum

Vale atrelarmos a discussão sobre a noticiabilidade do cotidiano à seleção de vozes que compõem a narrativa jornalística. Heller (2000, p. 40) nos ensina, afinal, que por trás do ritmo fixo, da repetição e da rigorosa regularidade que estrutura a cotidianidade, cada qual “se apropria a seu modo da realidade e impõe a ela a marca de sua personalidade”. Cabe-nos olhar, deste modo, já que nosso intento, em última instância, é alcançar um modelo comunicativo de ordem mais complexa – polifônico e polissêmico -, à figura dos anônimos como protagonistas de um universo jornalístico de Desacontecimento.

Buscamos, com maior frequência do que deveríamos, as fontes oficiais e as fontes de poder para protagonizarem nossos registros. Não por acaso, diz-nos Cremilda Medina (2008, p. 26), “que todo eficiente editor tem a agenda de telefones úteis na gaveta da mesa de trabalho. São, quase sempre, figuras proeminentes de cada setor, cuja palavra se mede pelo poder que representam”. E onde fica o testemunho do povo, o lugar das pessoas comum, onde há espaço para os anônimos se não nos meios que ali estão para lhes prestarem serviço?

O autor brasileiro Nilson Lage (2005) destaca que já no início do século XX as fontes consultadas precisavam ter um certo tipo de prestígio: políticos, funcionários públicos em geral, diretores de empresa, viajantes. Os repórteres se inseriam em portos, estações ferroviárias e em qualquer evento considerado de interesse público. Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o contato com as pessoas supostamente notáveis passou a ser feito com intermediação de um profissional, via assessorias de comunicação. Desde a emergência da

penny press, assim, a mídia estabeleceu uma relação estrutural com os chamados definidores primários – colocando-se, inclusive, em posição de subordinação a essas fontes ‘poderosas’.

Isso porque o campo jornalístico, explica-nos Traquina (1993, p. 172), opera segundo a convenção da credibilidade da autoridade, isto é, quanto mais alta é a posição da fonte, melhor informador considera-se ser. Eis o raciocínio: “a posição de autoridade confere credibilidade. Algumas pessoas, pela posição que ocupam, sabem mais que outras pessoas, daí, devem ter acesso a mais factos e, então, sua informação deve ser, em princípio, mais correta”. Se observarmos a tipificação clássica da natureza das fontes, veremos que é precisamente esse o critério para as atribuições. As fontes oficiais, de acordo com Lage (2005, p. 27), são mantidas pelo Estado ou por instituições que dele preservam algum poder; as fontes oficiosas são aquelas que estão ligadas a uma entidade, porém não autorizadas a falar em nome dela; e as independentes são aquelas desvinculadas de uma relação de poder. Dentre as três, apesar dos interesses estratégicos que circundam os grupos dominantes, são as fontes oficiais as tidas como mais confiáveis.

Percebemos, deste modo, a dependência que se estabelece entre os profissionais e esses canais de rotina. A produção de notícias, neste sentido, descreve Michael Schudson (2010, p. 31), é “normalmente uma questão de representantes de uma burocracia apanhando notícias pré-fabricadas de representantes de outra burocracia”. Dificilmente, por isso, vemos o jornalista mover esse moinho e arriscar-se através do povo e personagem. A inquietude que nos leva a este estudo decorre, justamente, da constatação de que precisamos alargar os horizontes da mediação social da informação.

Quando atribuímos legitimidade e crédito apenas às fontes do poder, damos forma a uma espécie de unilateralidade da informação, como se concordássemos que somente os poderosos têm lugar de fala. Pela escolha das fontes consultadas, no entanto, sabemos que temos a oportunidade de promover um diálogo mais democrático. A cultura, afinal de contas, e isso aprendemos com Michel de Certeau (1996), não deve ser resumida por uma representação oficial ou pela política econômica, mas valorizada pelos elementos mesmo que a sustentam e a organizam: o oral e o ordinário. Dela fazem parte, neste sentido, sobretudo aqueles atores que se situam no terreno das experiências coletivas, naquilo que Michel Maffesoli (1984, p. 08) chama de “situacionismo popular”.

Há uma centralidade subterrânea, muito destacada pelo sociólogo francês quando aborda a temática do cotidiano, que questiona os dirigentes políticos, os altos funcionários ou empresários: os bárbaros, não nos deixa esquecer o autor, “quaisquer que sejam os seus

nomes, estão dentro de nossos muros e que, em parte, nós também estamos” (idem). Frente aos posicionamentos que fizeram do povo um sujeito histórico sempre enganado, é preciso reconhecer, e nesse aspecto concordam Maffesoli (1984) e Certeau (1994), que esses atores souberam usar de astúcia para com essa dominação.

Para além da ‘imposição mortífera’, existe sempre uma reapropriação, existe sempre uma criação mínima cuja eficácia não pode ser subestimada. Sem isso, como explicar a poderosa vitalidade, cuja permanência pode ser constatada, e que, de maneira diluída ou de forma cristalizada, estrutura, de ponta a ponta, todo o conjunto social? É evidente que, muitas vezes, tal vitalidade se retrai ou mesmo se esgota, brusca ou lentamente; contudo, jamais desaparece por completo. Apenas sua inscrição se modifica ou sua expressão se desloca (MAFFESOLI, 1984, p. 19).

Parece haver uma espécie de resistência da elite como um todo, e aqui enfatizamos o lugar dos jornalistas, quanto à vitalidade que carrega esse homem comum, a princípio considerado até sem qualidade. No entanto, é o homem concreto, em suas ações e relações, que dinamiza a vida. Não à toa, Michel de Certeau (1994, p. 57) nos assinalou que o homem ordinário é o nosso herói comum. É um caminhante inumerável, ele nos diz. “Um herói anônimo [...] murmúrio das sociedades. De todo o tempo, anterior aos textos. Ninguém os espera. Zombam dele”. Mas as Ciências Sociais já nos indicam, conforme o autor francês, que é tempo de abandonar “os atores donos de nomes próprios e de brasões sociais para voltar-se para o coro dos figurantes amontoados dos lados” (CERTEAU, 1994, p. 57).

É mais embaixo, continua Certeau (1994, p. 171), a partir dos limiares onde cessa o que é visível, que podemos encontrar esses praticantes ordinários da cidade, que vivem em espaços onde suas criações são ignoradas e escapam à legibilidade oficial, como se “uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada”, pontua Certeau (1994, p. 171). Mas o homem ordinário não se conforma a essa realidade. E o historiador francês é convicto de que esses atores têm táticas de resistência, “artes de fazer, astúcias sutis” ele assim as nomeia, para conseguirem caminhar por uma floresta de imposições. O cotidiano, afinal de contas, “se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*” (CERTEAU, 1994, p. 38, grifo do autor).

Ao que encerra sua obra – *A invenção do cotidiano* – com uma constatação que, lamentavelmente, também cabe ao jornalismo: “quanto nos falta ainda compreender dos inúmeros artifícios dos ‘obscuros heróis’ do efêmero, andarilhos da cidade, moradores dos bairros, leitores e sonhadores. Como tudo isto é admirável!” (p. 342). Cumpre-nos, por isso,

aconselha Maffesoli (1984, p. 11), em uma assertiva que pode muito bem interpelar jornalistas, atentarmos-nos “para esta vida de todo dia que, de modo caótico e aleatório, no tédio e na exuberância, prossegue seu caminho de modo obstinado e um tanto incompreensível”.

3 EM VIAS DE MUDIATIZAÇÃO

Se o presente trabalho aborda o escopo do Desacontecimento enquanto caminho narrativo para se reportar o contexto de atores sociais que se situam à margem do interesse hegemônico público e midiático, engendrado como movimento de contestação à cultura hegemônica por profissionais que se colocam resistentes às práticas da tribo, é preciso reconhecer que, em vias de midiatização (BRAGA, 2008; FAUSTO NETO, 2008), não há como não considerar que contraposições ao *modus operandi* tradicional emergem, com potência e visibilidade, não mais apenas do próprio campo legitimado dos *media*, como, mais diretamente, ainda, “de *participantes externos* [que] *geram circuitos alternativos*, nos quais tratam de questões que anteriormente só eram tratadas nos circuitos controlados pelas lógicas da instituição dada” (BRAGA, 2017, p. 12, grifos do autor).

Um campo social especializado pode, hoje, “ser desafiado a partir de qualquer ponto da sociedade, inclusive de âmbitos sem qualquer legitimidade reconhecida”, diz-nos Braga (idem). O próprio *status* da notícia, em seu sentido hegemônico, reformula-se não só mais em função de figuras privilegiadas que, de dentro do ambiente institucionalizado, subvertem o código de produção jornalística, mas de agentes, individuais e coletivos, que constantemente colocam em xeque a dinâmica dessa comunidade e suas representações.

Enquanto Sodré (2014, p. 98) nos indica a perspectiva da midiatização como tecnologia de sociabilidade, isto é, como nova instância de orientação da realidade “capaz de permear as relações sociais por meio da mídia e constituindo [...] uma forma virtual ou simulativa de vida, a que demos o nome de bios midiático (ou bios virtual)”, em Braga (2013, p. 11) destacamos o caráter experiencial ou de invenção social do processo: “todos os setores da sociedade são instados, pela própria predominância da midiatização como processo interacional de referência, a se articularem através de circuitos pouco habituais”.

O que está em jogo, portanto, nessa mirada, não são as apropriações das lógicas da mídia ou da indústria cultural, mas as ações comunicacionais que, de ambientes difusos, desenvolvem-se conforme interesses outros. O elemento inventivo da midiatização ressalta

justamente aqueles procedimentos interacionais não inscritos, e até mesmo contrapostos, às regras institucionais – em certo sentido, dialogando com a perspectiva de Michel de Certeau (1994, p. 101), as astúcias sutis de “produtores desconhecidos, inventores de trilhas nas selvas da racionalidade funcionalista, [que] traçam ‘trajetórias indeterminadas’, não coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam”.

A própria formação de coletivos jornalísticos independentes⁴ que tentam se inscrever como alternativa ao campo, experimentando formas distintas de fazer⁵, já que não dependem mais totalmente do aparato institucional dos *media*, bem como a ação de agentes externos⁶, que buscam engendrar pautas e demandas que incidam sobre essa esfera hegemônica, indicam-nos essa reconfiguração do (des)acontecimento que toma lugar com a midiaticização.

As redes sociais digitais, como assinala Braga (2018, p. 10), ampliam o acesso “para ações de iniciativa individual [...] e a possibilidade de cada um se tornar gerador de informações [...] sem depender de ter sua expressão selecionada pelos setores produtores e sistematizadores de notícias”. A midiaticização acaba desencadeando, desta maneira, interações que desestabilizam o habitual quadro de referências do campo, articulando novos e velhos atores e concedendo lugar de falar a grupos sociais tradicionalmente marginalizados pelo código de produção da comunidade profissional.

Fausto Neto (2008, p. 97), ao desenvolver *Fragmentos de uma analítica da midiaticização*, descreve os aspectos que se relacionam com as transformações do universo do jornalismo: o rearranjo do espaço organizador do contato entre mídia e público, em que despontam iniciativas de tornar o ambiente jornalístico mais “palpável”; a autorreferencialidade da dinâmica produtiva, como estratégia de um novo contrato de leitura, da “realidade construída” para a “realidade da construção” (FAUSTO NETO, 2008, p. 98); a autorreflexividade sobre seus atos, que busca assinalar as concepções dos meios sobre seu trabalho; e a transformação do *status* do leitor, com sua crescente integração ao sistema

⁴ O mapa do jornalismo independente, um projeto da Agência Pública, lista as iniciativas brasileiras que nasceram na internet, fruto de projetos coletivos e não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas. Citamos: *Fala Roça*; *Coletivo Nigéria*; *Vozes da Vila Prudente*; *Nós, mulheres da periferia*; *Portal da Várzea* e *Periferia em Movimento*. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>. Acesso em: 17 março 2020.

⁵ Buscam modificar os métodos de gestão (desenvolvimento comunitário), de financiamento (campanhas coletivas) e o próprio trabalho jornalístico (agenda alternativa, transparência editorial), a partir de dinâmicas horizontais e inclusivas.

⁶ Podemos citar, aqui, processos de circulação de *hashtags* nas redes sociais digitais que repercutem temas sociais, inclusive ressignificando a abordagem midiática, assim a configurando, para além da indexação de conteúdo, como espécie de dispositivo capaz de engendrar novos circuitos.

noticioso enquanto “co-operadores de enunciação” (FAUSTO NETO, 2008, p. 99). Em última instância, afirma Fausto Neto (2006, p. 04), “a mudança nestes cenários produtivos altera substancialmente o próprio conceito de acontecimento”.

Outrora limitada e dependente da mediação profissional, baseada em parâmetros jornalísticos de tratamento do fato (SODRÉ, 2009), a noticiabilidade, em vias de mediatização, reconfigura-se para além do sistema hegemônico, sob fluxos diferidos e difusos que contestam sua forma tradicional, subvertem-na em novos conteúdos e, inclusive, produzem pautas específicas às suas demandas – fazendo do Desacontecimento uma matriz de resistência que agora extrapola o âmbito profissional ao dialogar com atores sociais que, tentativamente, alcançam visibilidade e lugar de fala, qualificando⁷ a dinâmica produtiva.

Há toda uma processualidade de sentidos, portanto, manifesta nos atravessamentos entre agentes, dispositivos e campos, que passa, inevitavelmente, a compor a discussão sobre o conceito axial de Desacontecimento, complexificando a própria noção de tribo jornalística e sua constelação das representações profissionais, na medida em que desconformam os saberes específicos e problematizam o *ethos* em suas características convencionais e expectativas públicas.

Circunscritos à reflexão sempre adiante sobre *A sociedade [que] enfrenta a sua mídia* (BRAGA, 2006), problematizamos, assim, neste segundo estágio de reconfiguração, o Desacontecimento jornalístico enquanto dispositivo narrativo que, hoje, alarga-se também a agentes externos ao campo hegemônico, na sistemática mesmo de resposta social. Ora, a produção noticiosa alternativa levada a cabo por coletivos jornalísticos emerge como movimento de crítica e de resistência à dinâmica tradicional e, em muitos casos, acaba por subverter os conteúdos informativos da mesma – atuando, desta forma, no momento mesmo de circulação. Não deixa de ser, acreditamos, uma ação “não só com os meios de comunicação, ao desenvolvê-los e atribuir-lhes objetivos e processos, mas *sobre* seus produtos, redirecionando-os e atribuindo-lhes sentido social” (BRAGA, 2006, p. 22, grifo nosso).

⁷ Aqui não podemos deixar de assinalar a problemática das *fake news*, ainda que o interesse primeiro de nossa reflexão seja se atentar às boas contrapartidas, no âmbito da experimentação social. Ecoando o alerta de Braga (2019, p. 10): o acesso e iniciativas generalizadas podem incorrer em “processos de manipulação (social ou pessoal) com eventuais torções à lei e mesmo ao estado de direito”.

4 CONSIDERAÇÕES

Em caminho dialógico, discutimos, neste artigo, a reconfiguração do acontecimento jornalístico em dois estágios: como movimento de resistência que parte do campo profissional, lançando a acepção do desacontecimento enquanto dispositivo para narrar atores tradicionalmente marginalizados pelo interesse público e midiático; e como contrapartida, em âmbito individual e coletivo, que desponta pelo potencial de invenção social (BRAGA, 2006) da midiaticização. Fizemos algumas incursões teóricas nesse trajeto, acionando autores-referência nos estudos sobre *newsmaking* e sobre cotidiano, para evidenciar os contornos de noticiabilidade de que trata o termo central que aqui estamos trabalhando. Nosso interesse, com essas reflexões, é contribuir com o debate que ganha densidade acerca de reformulações na cultura jornalística.

Destacamos, assim, em um primeiro momento, as possibilidades contestadoras ao *modus operandi* hegemônico a partir de iniciativas de profissionais que, sobretudo por embates editoriais nos ambientes das redações, conseguiram empreender pautas destoantes às noções de desvio e proeminência que caracterizam o produto noticioso. A acepção de Desacontecimento, neste sentido, alude à dinâmica provocativa de Eliane Brum que, desde sua primeira experiência⁸ como repórter do jornal *Zero Hora*, engendra uma prática centrada na noticiabilidade de fatos não-marcados (SODRÉ, 2009), a saber, no protagonismo do cotidiano e dos anônimos – e que, no termo, encontrou a dimensão de resistência aos critérios tradicionalmente elegidos pela cobertura tradicional.

Considerando que a midiaticização é, hoje, “por excelência, o objeto dos estudos de mídia” (SODRÉ, 2014, p. 98), problematizamos a noção de Desacontecimento inscrevendo-a nos contextos processuais da mesma e alargando seu escopo de operação para agentes, individuais e coletivos, externos ao campo de referência. Reconhecemos, assim, que nos processos de invenção social de que fala Braga (2006) também se consolidam vias para a emergência do Desacontecimento enquanto dispositivo narrativo que não mais depende apenas da mediação profissional, quer dizer, da ação de profissionais que “aqui e ali se revoltam contra esses estrangulamentos” (MEDINA, 2003, p. 142), mas que pode ganhar terreno pelas práticas de resistência em que, de modo diferido e difuso, afloram as demandas sociais.

⁸ O livro *A vida que ninguém vê* (2006) traz um compilado desses seus dez primeiros anos de reportagem, antes de se mudar para São Paulo e passar a atuar na revista *Época* (2000-2013). Desde novembro de 2013, Brum assina colunas quinzenais que são publicadas e traduzidas ao *El País* Brasil, Espanha e América Latina.

Evidências já temos, afinal de contas, como discute Fausto Neto (2008), de que mudanças substanciais estão tomando forma nos cenários produtivos do jornalismo. A compreensão dessas reformulações que se desdobram no modo de ser e fazer da comunidade profissional passa, inevitavelmente, acreditamos, pela problematização do conceito de acontecimento, que aqui complexificamos ao inscrever a acepção de desacontecimento jornalístico.

Agradecimentos

Tayane Aidar Abib agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa de Doutorado (Processo 2018/01541-9).

REFERÊNCIAS

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia** – dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo, Editora Paulus, 2006.

BRAGA, José Luiz. Instituições & Mídiação - um olhar comunicacional. In: FERREIRA, Jairo; ROSA, Ana Paula; FAUSTO NETO, Antonio; Braga, José Luiz; GOMES, Pedro Gilberto. (Org.). **Entre o que se diz e o que se pensa- onde está a mídiação?**. 1ed.Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2017, p. 291-311.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda (Org.). **Mediação & Mídiação**. 1ed.Salvador/Brasília: EDUFBA/COMPÓS, 2012, p. 31-52.

BRAGA, José Luiz. Lógicas da mídia, lógicas da mídiação?. In: FAUSTO NETO (Org.). **Relatos de investigaciones sobre mediaciones**. Rosário, Argentina: UNR Editora, 2014, p. 1-20.

BRAGA, José Luiz. Redes Sociais e Sistemas de Relações. **II Seminário Internacional em Mídiação e Processos Sociais**, Unisinos, RS, 2018, p.01-14.

BRUM, Eliane. **A menina quebrada e outras colunas de Eliane Brum**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013.

BRUM, Eliane. **Meus desacontecimentos**: a história da minha vida com as palavras. São Paulo: LeYa, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2**: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2009.



FAUSTO NETO, Antonio. Fragmentos de uma analítica da midiatização. **Revista Matrizes**, São Paulo: ECA/USP, n.2, p.89-105, 2008.

FAUSTO NETO, Antonio. Mutações nos discursos jornalísticos: da ‘construção da realidade’ a ‘realidade da construção’. **XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Universidade de Brasília, DF, 2006, p.01-15.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 6. ed. Record, Rio de Janeiro, 2005.

MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

MARTINI, Stella. **Periodismo, notícia y noticiabilidad**. Buenos Aires: Editorial Norma, 2000.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 2008.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’**. Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Vol. 2. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’**. Lisboa: Vega, 1993.

VENTURA, Mauro; ABIB, Tayane. A notícia como desacontecimento: possibilidades de inovação a partir das narrativas de Eliane Brum. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru/SP, v.10, n.3, pp.135-150, set/dez 2015.



Original recebido em: 11 de junho de 2019
Aceito para publicação em: 16 de março de 2020

Mauro de Souza Ventura

Livre-Docente em Jornalismo. Bacharel em Jornalismo (PUC), Mestre em Jornalismo e Editoração (USP) e Doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada (USP). Docente do Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Faac) da Unesp. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faac/Unesp. Pós-doutorado pelo Departamento de Teoria Literária do IEL – UNICAMP (2005-1006) e pelo Institut für Publizistik-und Kommunikationswissenschaft, da Universidade de Viena (2011).

Tayane Aidar Abib

Bacharel em Comunicação Social: Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Mestre e doutoranda em Comunicação pela mesma instituição. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Desenvolveu estágios de pesquisa no Centro de Investigação Media e Jornalismo, associado à Universidade Nova de Lisboa (2014); no Internet Media Lab, vinculado à Universidad Complutense de Madrid (2017); e no Observatori de Cobertura de Conflictos, da Universitat Autònoma de Barcelona (2019).



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional

